



Uma anti-hagiografia das “virtudes antigas”: *A freira que fazia chagas* (1868), de Camilo Castelo Branco

An Anti-Hagiography of “Ancient Virtues”: A Freira que Fazia Chagas (1868), by Camilo Castelo Branco

Eduardo Soczek Mendes

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná / Brasil¹

edu.soczek@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0554-5750>

Resumo: *As virtudes antigas ou A freira que fazia chagas e O frade que fazia reis* (1868) é uma coletânea de textos, de Camilo Castelo Branco (1825-1890), que tematiza as fraudes e as intervenções dos religiosos na sociedade do *Ancien Régime*, em Portugal. Tal obra teria como intenção a denúncia contra os vícios de outrora e deveria fomentar a reflexão sobre as fantasias, em meio ao liberalismo, de que o regime precedente era modelar e mais moralizado. Interessa-nos, neste trabalho, a seção *A freira que fazia chagas*, que descreve a farsa, a descoberta e a condenação de Soror Maria da Visitação (1551-?), prioresa do mosteiro dominicano da Anunciada, em Lisboa. Averiguamos a estrutura e o possível enquadramento do gênero literário da obra de Camilo, bem como o narrador apreendeu e interpretou as fontes documentais referidas no texto. Verificamos essas questões em diálogo, sobretudo, com os estudos de Antonio Augusto Nery (2023) e Eduardo Lourenço (1999).

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco; *A freira que fazia chagas*; Antigo Regime; Hagiografia.

¹ Doutor em Letras (Estudos Literários) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (2022). Professor de Literatura Portuguesa, vinculado ao Departamento de Literatura e Linguística da UFPR, e investigador do Centro de Estudos Portugueses e da Cátedra Camões-José Saramago da mesma instituição.

Abstract: *As virtudes antigas ou A freira que fazia chagas e O frade que fazia reis* (1868) is a collection of texts, by Camilo Castelo Branco (1825-1890), which thematizes the frauds and interventions of religious people in the *Ancien Régime* society, in Portugal. Such a work would be intended to denounce the vices of the past and should encourage reflection on the fantasies, in the midst of Liberalism, that the previous Regime was a model and more moralized. In this work, we are interested in the section *A freira que fazia chagas*, which describes the farce, discovery and condemnation of Soror Maria da Visitação (1551-?), prioress of the Dominican monastery of Anunciada, in Lisbon. We investigated the structure and possible framing of the literary genre of Camilo's work, as well as how the narrator seized and interpreted the documentary sources referred to in the text. We verified these issues in dialogue, above all, with the studies of Antonio Augusto Nery (2023) and Eduardo Lourenço (1999).

Keywords: Camilo Castelo Branco; *A freira que fazia chagas*; Old Regime; Hagiography.

1 Introdução

As virtudes antigas ou A freira que fazia chagas e O frade que fazia reis é uma coletânea de textos publicada em 1868, pelo autor português Camilo Castelo Branco (1825-1890), do qual comemoramos, neste ano de 2025, o bicentenário de seu nascimento. Tal obra tematiza, na seção *A freira que fazia chagas*, o processo inquisitorial de desvelamento da farsa de Maria Menezes ou Soror Maria da Visitação (séculos XVI-XVII)², monja dominicana e prioressa do Convento da Anunciada (Lisboa), que fingia ser uma estigmatizada – ou seja, possuir no próprio corpo as chagas da Paixão de Cristo – além de gozar de outros arroubos místicos³. Já a parte

² Alvaro Huerga (1988, p. 293) refere que Maria da Visitação nasceu em 1551, porém o narrador de *A freira que fazia chagas* declara que “Não conseguimos descobrir a data da sua morte. Nem os cronistas nem o Hagiólgio dos dominicano entenderam mais com a memória da desterrada” (Castelo Branco, 1868, p. 59).

³ Camilo Castelo Branco não foi o primeiro nem o único a tematizar a história de Soror Maria da Visitação: “A própria literatura, à falta de melhor, tomou-o para tema de arte, já no séc. XVII, quando A. Mira de Amescua [1577-1644] [...] escreveu a *Comedia*

intitulada *O frade que fazia reis* discorre sobre as peripécias do religioso agostiniano Fr. Miguel dos Santos (séculos XVI-XVII), que teria forjado um falso D. Sebastião (1554-1578), a fim de causar revoltas populares, em jogos políticos, após a morte do rei na Batalha de Alcácer-Quibir (4 de agosto de 1578). Há, ainda, dentre os textos desta coletânea, um apêndice intitulado *A filha do pasteleiro do Madrigal*, o qual relata outras farsas para afirmar a linhagem aristocrática de um monge beneditino, Fr. Felizardo da Mãe dos Homens (séculos XVIII-XIX). Em suma: toda a coletânea se volta para o *Ancien Régime* e tematiza os embustes articulados por religiosos, em algo bastante recorrente no século de veiculação da obra: o anticlericalismo⁴. Aliás, como bem aponta Antonio Augusto Nery (2023), “[...] essa é mais uma das narrativas publicadas por Camilo na década de 1860, que têm a religião, a religiosidade e, sobretudo, os religiosos como foco”⁵ (p. 182).

Percebemos, no entanto, que tudo está em consonância com o irônico título: *As virtudes antigas* são um “guarda-chuva” temático que descreve e censura as ações de alguns religiosos no Antigo Regime. De todas essas seções, interessa-nos, para este estudo, a que se nomeia como

famosa de la vida y muerte de la Monja de Portugal. E entre nós temos o romance de Camilo Castelo Branco: *A freira que fazia chagas*.” (Martins, 1956, p. 230). Para além dessas obras de António Mira de Amescua e de Castelo Branco, em 1985, Agustina Bessa-Luís (1922-2019) publicou o romance *A monja de Lisboa*, que, igualmente, revisita a figura de Soror Maria da Visitação.

⁴ De acordo com Luís Machado de Abreu (2004), “[...] mais do que anticlericalismo devemos falar em *anticlericalismos*, tão variados se apresentam os respectivos conteúdos referenciais” (p. 29, grifo do autor). Isso se deve porque há muitas formas de manifestação anticlerical nas cultura e sociedade portuguesas, porém “[...] o apogeu da visibilidade expressiva e sintomática do fenômeno anticlerical corresponde ao período compreendido entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX” (Abreu, 2004, p. 35). Ou seja: a coletânea de Camilo Castelo Branco se insere exatamente nesse intervalo temporal referido pelo estudioso do tema. Podemos, pois, afirmar que essa obra de Camilo critica fartamente o reacionarismo e a crença fantasiosa de que no mundo do Antigo Regime tudo seria mais virtuoso: “A retórica do anticlericalismo recorre com frequência ao *topos* ‘o Trono e o Altar’. Através dele chama a atenção para uma aliança em que a instituição eclesiástica e a Monarquia [Absolutista] se mostram solidárias e se prestam mútuo apoio” (Abreu, 2004, p. 69) e, por isso mesmo, se corrompem.

⁵ Optamos por atualizar a ortografia das obras consultadas, conforme o acordo vigente (1990). Para as obras publicadas em Portugal, mantivemos a grafia lusitana.

A freira que fazia chagas e, portanto, quando se fizer necessária a menção a outro trecho da mesma coleção, isso será previamente anunciado.

Seguindo essa lógica, averiguaremos, pois, como foi construída essa seção narrativa: como a temática foi abordada no texto de Camilo; mas, igualmente, de que forma são referidas e transcritas as fontes documentais consultadas para a elaboração de *A freira que fazia chagas* e como foi construída a voz narrativa, ou seja: o que discurso narrativo apreendeu e interpretou desses documentos. Faremos isso sempre relacionando com o período oitocentista de publicação da coletânea. Verificaremos, ainda, em que medida o texto de Camilo dialoga com certa tradição hagiográfica, mas reconstruindo a narrativa ou desconstruindo o gênero de relatos de vida de santos, pois ao invés de propagar as *virtudes* de uma monja, a intenção está em denunciar os *vícios* nas instituições monásticas, diante dos seus contemporâneos, que fantasiavam que tudo seria melhor em tempos pretéritos.

A fim de realizar com técnica o que nos propomos a averiguar nessa produção de Camilo, o nosso estudo contará com a seguinte subdivisão: primeiramente, em linhas gerais, discorreremos sobre o lugar de *A freira que fazia chagas* na economia da obra camiliana e o seu contexto de publicação. Com isso, pensaremos também em um possível enquadramento do seu gênero literário. Por fim, abordaremos como o discurso narrativo interpreta o que apreende das fontes que consultou e como essas apreciações estão relacionadas com a razão pedagógica do texto. Para tanto, dialogaremos, sobretudo, com as produções de Antonio Augusto Nery (2023) e Eduardo Lourenço (1999), dentre outros.

2 A razão pedagógica da obra

Camilo Castelo Branco é reconhecido, como bem afirmam António José Saraiva e Óscar Lopes (1985), como um escritor profícuo e diversificado: “A bibliografia camiliana é muito extensa; as suas produções contam-se por centenas” (p. 846). Certamente, uma das principais distinções da criação de Camilo são os seus muitos romances, redigidos ao longo de sua vida. Entretanto, ele também “Traduziu muito” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 846) – como é o caso de *O génio do Cristianismo* (1802), de François-René Chateaubriand (1768-1848), por exemplo –, e “Dedicou-se também à crítica e à história literária” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 846). Dando notícias dessa diversidade da obra camiliana, recordamos que o escritor escreveu peças de

dramaturgia: “[...] dramas históricos e passionais, e comédias de caracteres” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 846) e, assim como muitos dos intelectuais oitocentistas, Camilo Castelo Branco teve um papel importantíssimo junto à imprensa: “[...] além de folhetins, poesia e crítica literária, produziu ainda um trabalho vasto e indiferenciado de redação e direção” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 846). Vale ainda mencionar que “Prefaciou e editou numerosas obras, [...] Deixou uma epistolografia vastíssima” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 847) e, comercialmente, “[...] compôs até alguns sermões para sacerdotes menos inspirados” (Coelho, 1960, p. 17).

Diante de um autor com uma lavra tão variada, é óbvio que não estamos diante de um contexto simples e incorreríamos em um reducionismo se afirmássemos que Camilo seguiu apenas um estilo ou que as suas obras não seriam tão diversas, por vezes, entre si. Não nos pretendemos a um minucioso inventário das produções camilianas em tão breve estudo, todavia desejamos compreender o papel de *As virtudes antigas ou A freira que fazia chagas e O frade que fazia reis* – aqui, de um modo realmente geral – no contexto do século XIX. Mencionamos, igualmente, essa diversidade de Camilo, pois a coletânea que escolhemos para a análise pode parecer, à primeira vista, uma “obra menor” de um escritor de tal envergadura, se comparada a outras produções mais conhecidas.

No entanto, não é assim. Há grande complexidade em *As virtudes antigas* e citamos apenas algumas delas, a título de ilustração: do ponto de vista do gênero literário, por exemplo, são textos de difícil enquadramento, pois se tratam da ficcionalizações de eventos histórico-factuais. Camilo era, como bem propõem Saraiva e Lopes (1985), “Muito versado em problemas genealógicos, em certas miuçalhas eruditas, bibliográficas e anedotas históricas, deixou também vários volumes de investigação e miscelânea” (p. 846). Em outras palavras: os enredos, construídos ficcionalmente, da obra selecionada para esta investigação, estão ambientados em momentos históricos de grande efervescência em Portugal e há, no que se narra, certo entrelaçar entre a história e a literatura, que precisa ser lido com muita atenção, pois, constantemente, o narrador afirma as suas intensas investigações documentais para a composição da obra: isso acontece ao longo do próprio texto, como no seguinte trecho de *A freira que fazia chagas*: “[...] causou-me a mim a desagradável canseira de investigar inéditos de há dois séculos e meio” (Castelo Branco, 1868, p. 17); ou ainda em notas de rodapé, como no excerto de *O frade que fazia reis*, que transcrevemos:

Pude examinar de espaço o livro de batizados daquele ano, e não encontrei o assento confirmativo da confissão de Gabriel de Espinosa. [...] Observei que no mesmo livro, contra o determinado no concílio tridentino, se misturam assentos de casamento com os de nascimento e óbito, e a cada passo se encontra desordem de paginação. Além de que, os párocos tinham em pouco o cumprimento do determinado no referido concílio, quando os batizados eram filhos de pobres e forasteiros pobres também. Os assentos, que ainda vi, são de burgueses abastados como se infere das moradas e outras circunstâncias indicativas de abastança. (Castelo Branco, 1868, p. 165-166)

Notemos que, no trecho supratranscrito, há uma voz em primeira pessoa na nota de rodapé, que se refere a si mesmo como um investigador cuidadoso. Pensem, pois, como, para o leitor, a tal voz pode, muitas vezes, ser confundida com a figura do próprio autor empírico, vide que emprega os verbos em primeira pessoa do singular e relata a sua busca em documentos coevos aos fatos descritos no enredo de *O frade que fazia reis*. O narrador se demora, igualmente, em explicações acerca das dificuldades do acesso ao livro paroquial de assentos e de algumas usanças de então: de como a disciplina do Concílio de Trento (1545-1563) não chegou a todos os espaços do Catolicismo e, em óbvia crítica anticlerical – muito ao gosto oitocentista –, do desleixo do clero em relação às populações menos abastadas, que não constavam nos registros.

No apêndice à obra, a mescla entre voz autoral e o discurso narrativo é ainda mais evidente, pois não está circunscrita às notas de rodapé e, nesse caso, a documentação de base para a lavra da narrativa extrapola os assentos e os escritos. No caso seguinte, o narrador afirma ir ao encontro de uma pessoa, como um investigador, a fim de esclarecer um fato:

Mas a descendência do desembargador? Onde estavam as filhas de Paulo Mendes, aludidas na “Resposta” do monge?
Nem réstia de luz! Procurem lá em Lisboa as filhas de um desembargador falecido em 1817!
Só a casualidade costuma dar o fio condutor nestes labirintos.
Há cinco meses que, no Porto, me deram notícia de existir ainda um magistrado octogenário que servira no desembargo do paço em tempo de D. João VI.

Procurei-o nos arrabaldes daquela cidade, e encontrei no pátio um escudeiro velho a quem pedi o favor de obter licença do senhor doutor Rêgo, para lhe fazer uma pergunta.

– O senhor doutor Rêgo morreu há três meses – respondeu o velho – Queria-lhe alguma coisa? (Castelo Branco, 1868, p. 184)

O relato das dificuldades em encontrar uma pessoa que poderia esclarecer os acontecimentos é uma tentativa de dar à obra um caráter referencial, documental, factual, historiográfico, científico e não meramente ficcional. Há a construção de um narrador-investigador, que suscita a curiosidade do leitor – repetindo tal estratégia discursiva ao longo dos textos da coletânea – com indagações. Porém, a montagem dos diálogos é nitidamente fictícia e, mesmo assim, pode-se pensar, por exemplo, na própria figura de Camilo a perscrutar pelas ruas do Porto em busca das informações exatas, as quais deseja que constem em seu livro. Reside, portanto, em *As virtudes antigas* – aqui tratamos de um modo geral, realmente – uma complexidade discursiva que se estende à própria configuração de gênero dessa produção.

Em outras palavras: essas abundantes justificativas e explicações, em notas de rodapé ou ao longo do discurso narrativo, tentam apresentar, constantemente, a coletânea como um estudo científico, embora haja o forjar ficcional de diálogos, o que Camilo já realizara em outros romances, como em *O santo da montanha* (1866) e em *A brasileira de Prazins* (1882), a título de exemplificação. Tudo isso são estratégias narrativas que se assemelham, em partes, aos romances históricos oitocentistas ou mesmo aos romances que não são designados como históricos, mas que possuem esse hibridismo de gêneros em sua composição. Além disso, o narrador da coletânea também transcreve *ipsis litteris* os excertos de documentos ou de relatos coevos aos fatos sobre os quais as narrativas se assentam. Por outro lado, podemos considerar, ainda, *As virtudes antigas* como um conjunto de escritos a serem enquadrados como um dos tomos, conforme a proposta já citada de Saraiva e de Lopes (1985), de investigação ficcionalizada ou anedota histórica, em que a erudição do autor salta aos olhos. Ou seja, a própria coletânea não cede, facilmente, a categorias de gênero literário pré-estabelecidas: observando sob esse prisma, é uma obra muito moderna.

Ademais, no título deste trabalho, anunciamos que tratamos *A freira que fazia chagas* como uma anti-hagiografia e explicamos: tradicionalmente, as hagiografias são os relatos narrativos, em prosa

ou em verso, da vida dos santos. De acordo com Pierluigi Licciardello (2016), “A hagiografia da alta Idade Média é herdeira da hagiografia da Antiguidade tardia, cujos géneros principais prolonga: o martiriológio, a biografia (*Passio* ou *Vita*) e as resenhas de milagres” (p. 542). Ou seja: em todas as formas principais tentaram, desde os tempos imemoriais, relatar as virtudes ou o heroísmo a serem imitados, ultrapassando a forma de biografia devota: “A par dos guerreiros e dos aventureiros, os novos heróis da era cristã são os santos. Às suas ações não bélicas, mas inegavelmente gloriosas, são dedicados numerosos poemas hagiográficos” (Gamberini, 2016, p. 495). A temática de *A freira que fazia chagas* dialoga, portanto, com essa longínqua tradição, mas Camilo descontrói, pela abordagem, o gênero hagiográfico, ao denunciar os vícios de uma suposta santa ao invés de enaltecer as virtudes que ela teria. Em suma: a razão pedagógica da obra, *per se*, pode ser considerada uma desconstrução hagiográfica em *A freira que fazia chagas*.

Não buscamos, incansavelmente, nesta investigação, a delimitação do gênero literário da narrativa, mas essa discussão se faz fundamental para entendermos que já pela temática abordada não estamos diante de uma “obra menor” ou “sem valor estético”. É incontestável que essa produção é uma tentativa literária, com pés calcados na História, para suscitar a reflexão do leitor – é, portanto, uma coletânea com viés assumidamente pedagógico, como seriam as hagiografias, contudo, sob um caráter de protesto ou como denominamos: uma *anti-hagiografia*. Tudo isso se desvela já no prefácio intitulado “Razão da obra”, no qual o autor fornece as chaves de leitura para *As virtudes antigas*:

Quando os vícios modernos tiram do íntimo de certos peitos suspiros saudosos das virtudes de outrora, não motejo a ignorância dos que suspiram, porque eles, por via de regra, apenas são hipócritas; o que faço é comprazer-me de recordar com eles certas “virtudes antigas” à feição de uma muito nossa portuguesa que deu brado no começo do século XVII, e aqui se reproduz desluzida de vernizes românticos. A outra do frade sugeriu-me o haver lido, pouco há, em uma gazeta religiosa, que fr. Miguel dos Santos, o enfoscado em Madrid, “era venerável por suas virtudes patrióticas”. Leiam, e venerem-no os que puderem.

O Autor. (Castelo Branco, 1868, p. 7)

Nessa explicação, deparamo-nos com a voz autoral – tal prólogo é assinado por Camilo, que cumpre com a função de justificar a sua

produção e mesmo conduzir o leitor para um melhor aproveitamento da leitura, segundo os próprios ideários. Percebemos, no entanto, que há uma grande preocupação do que se poderia apreender dos textos e, por isso, Camilo redige uma elucidação clara sobre o porquê da obra e de como se deveria compreendê-la. Ele inicia com uma oposição entre o que se consideram os “vícios modernos” e as “virtudes de outrora” – esta última é uma ideia presente no título da coletânea, mas também na tradição hagiográfica – relatando certo retorno saudoso ao passado, quando confrontado com as problemáticas do presente. Ora, isso não é uma exclusividade dos tempos de Camilo, muito menos dos escritos desse autor: primeiramente, porque assistimos ainda hoje certas fantasias saudosistas de alguns grupos sociais e políticos ao afirmarem que tudo era perfeito no tempo de alguma ditadura e que não éramos espoliados, como hoje, na democracia. São fantasias, mas não deixam de ser perigosas. Contudo, vale recordar que Alexandre Herculano (1810-1877), por exemplo, no prólogo a *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859)⁶, já havia proposto algo semelhante ao justificar a publicação de seu estudo historiográfico.

Mas quais seriam esses saudosismos? Tanto a produção de Herculano quanto a de Camilo vieram a lume depois de alguns anos da instauração do regime liberal em Portugal que, como é sabido, “[...] foi lenta e muito complexa, marcada na primeira metade de Oitocentos, por convulsões sociais e formas de guerra civil, a que só depois se seguiria um período de estabilização do regime monárquico constitucional” (Rodrigues, 2017, p. 25). Em outras palavras: para além das transformações, que foram lentas, houve grande resistência e muitas críticas em muitas esferas da

⁶ *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* é uma tréplica de Alexandre Herculano, publicado após as polêmicas com setores clericais que advogavam pelo mito do aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques (c.1106-1185), primeiro rei de Portugal, antes da Batalha de Ourique (25 de julho de 1139). Como historiador moderno, Herculano entrou em conflito com esses setores e dirigiu missivas públicas e privadas defendendo o seu ponto de vista (cf. Mendes, 2024). Também o jovem Camilo participou, ainda que timidamente, da polêmica com a publicação de um texto (cf. Nery; Mendes, 2022). Todavia, todo prólogo dessa obra de Herculano é uma tentativa de recordar o Santo Ofício em Portugal como resultado do reacionarismo, mas também do absolutismo. Levemos, ainda, em consideração que os liberais portugueses recorrentemente tematizaram contra a Inquisição, que só deixara de existir oficialmente, no reino, em 1821.

sociedade. Camilo, por exemplo, tematiza isso em muitas obras, como *A bruxa de Monte Córdova* (1868), romance do mesmo ano de publicação de *As virtudes antigas*, e na já mencionada *A brasileira de Prazins*.

Pensemos mais especificamente em *As virtudes antigas*: foi publicada com uma distância de quase 50 anos desde a Primeira Revolução Liberal em Portugal (1820), após as grandes instabilidades já referidas – o que inclui uma Guerra Civil (1828-1834) – e 34 anos após a vitória dos liberais no reino. Ou seja, já era possível realizar um balanço entre o ocaso do Antigo Regime e o surgimento constitucional, com algumas investidas de laicização – embora o catolicismo permanecesse como religião do Estado até a República (1910).

Como vimos, nessa coletânea pedagógica, Camilo tematiza o que denomina como as “virtudes antigas” da prioresa falsária – e o prólogo é extremamente irônico, assim como o título dos escritos – e as interferências de um frade agostiniano, igualmente falsário, na política do reino. No segundo caso, o autor, no prólogo, parece responder a algum periódico católico que apregoava o religioso como um homem digno de veneração. Recordemos, ainda, que o autor manteve, durante a sua vida, certo ecletismo político e também desferiu críticas aos liberais, todavia, neste estudo, estamos trabalhando com o que deixou redigido na coletânea escolhida para a nossa averiguação. Isto posto, podemos nos questionar sobre os motivos de focalização em duas figuras de Ordens Regulares. Recordemos, para tanto, que “A religião fornecia estabilidade social para as monarquias e aristocracias, e de fato para todos os que se encontravam no alto da pirâmide. [...] a Igreja era o mais forte amparo do trono” (Hobsbawm, 2015, p. 358) e, por isso, esvaziar o poder das Ordens Religiosas – que não respondiam diretamente ao Estado – foi uma das maiores ações dos liberais em vários reinos, inclusive em Portugal: em 1834, de acordo com os ideários da Revolução Francesa (1789), suprimiu-se o clero regular e o único que permaneceu existente foi o secular, sob o controle da monarquia constitucional. Segundo Fortunato de Almeida (1967), o decreto, assinado por Joaquim António de Aguiar (1792-1874), então Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em seu

artigo 1.^º [...] extinguia desde logo todas as casas de religiosos de ordens regulares, qualquer fosse a sua denominação, instituto ou regra. O art.^º 2.^º mandava incorporar nos próprios nacionais os bens dos conventos. [...] Quanto aos conventos de religiosas, deixaram-nos sob a alçada do decreto de 5 de agosto de 1833, que

expulsara os noviços de todos os institutos e proibia a admissão de outros novos. (p. 146)

Como referimos, tal evento visava esvaziar os sustentáculos do Antigo Regime, porém isso não aconteceria sem resistência, inclusive ideológica. Portanto, esse conjunto de narrativas camilianas, que veio a lume cerca de três décadas após a supressão das Ordens Regulares, parece-nos uma tentativa de recordar algumas violações praticadas por freiras e por frades, a fim de combater o que o autor afirma serem as “hipocrisias” das rememorações fantasiosas de um tempo que nem sequer teria existido. Obviamente, o escritor seleciona muito bem os dois casos, que seriam as exemplificações mais agudas dos crimes religiosos que aconteciam sob a égide do *Ancien Régime*. Percebemos, por fim, que são casos também ocorridos em momentos bastante afirmativos do pós-Concílio de Trento e da Contrarreforma Católica, muitas vezes associados ao reacionarismo e ao absolutismo. Feitas essas pertinentes observações, verifiquemos como se dá a apreensão das fontes documentais pelo narrador de *A freira que fazia chagas*.

3 Posteriormente, “canonizada” pelos escritos

O primeiro capítulo se inicia de uma maneira bastante curiosa para uma obra que, em seus discursos, se reivindica como científica: o narrador inicia não por dados crus, nem por contextualizações, tampouco por informações gerais. Elas, de fato, virão *a posteriori*. Contudo, primeiramente, há a descrição literária – uma reconstrução ficcional, claramente – do histórico espetáculo da bênção de uma bandeira – guião de armada – que seria desfraldada na Batalha Naval de Gravelines (28 de maio de 1588), também chamada como a *Invencível Batalha*, travada, sobretudo, pelo controle de rotas comerciais marítimas:

Mavioso e comovente espetáculo! Sublimado lance de fé!...

Ver o duque de Medina Sidónia, D. Alonso Pérez de Guzmán, o general da armada “invencível”, sair do mosteiro de umas pobres dominicas de Lisboa, com a bandeira enrolada, para a qual convergiam os olhos de milhares de pessoas, conclamando: “A santa abençoou a bandeira! Viva a freira santa!...”

E o duque de Medina Sidónia, dado que desconhecesse teórica e praticamente a ciência naval, cobrou tamanho alento e esperança com a bênção e profecias da prioresa da Anunciada, que já Isabel de

Inglaterra se lhe pintava na valente fantasia pedindo piedosamente a vida ao filho de Carlos V, potentado, em cuja frente a Providência sobrepuinha os diademas. (Castelo Branco, 1868, p. 11-12)

Sabe-se que o século XIX foi o período de institucionalização da História como ciência, inclusive em Portugal. Foi nesse período, por exemplo, que Jules Michelet (1798-1874) produziu em França, enquanto Herculano e Oliveira Martins (1845-1894) investigavam a História em Portugal. Cada um ao seu estilo – e não aprofundaremos essa questão neste estudo – tentou narrar e descrever o passado e, por vezes, até mesmo se valendo de estratégias bastante apreciadas pela ficção, como a descrição de diálogos e a pormenorização de ambientes. Mas, embora as interpretações dos historiadores fossem incontornáveis, impunha-se também o rigor de um discurso historiográfico “a sério”, calcado na averiguação de documentos e com um discurso distanciado do objeto a ser investigado. Sabemos o quanto essas questões do literário-ficcional e do histórico seriam discutidas futuramente. Aqui, contudo, contentamo-nos em averiguar o discurso empregado em *A freira que fazia chagas*: a obra tentou ser destacada, por inúmeras estratégias, como uma narrativa publicada sob os grandes rigores científicos – a investigação exaustiva e o confronto de dados, por exemplo –, todavia, o discurso narrativo é de uma construção ficcional sobre um fato histórico: diante de uma multidão, o general da armada proclama que a prioresa havia abençoado o guião da esquadra e isso está em discurso direto – ou seja, é uma elaboração fictícia. Depois, o narrador, como que entrando na mente do oficial, dá a conhecer ao leitor, sob o crivo de seu discurso, os pensamentos do oficial: havia uma crença supersticiosa de que, com a bênção da prioresa com fama de santidade, a batalha estava vencida.

Tal confronto representava ainda algo sob o signo do sagrado: o embate se dá entre o mundo da Reforma Protestante – a Inglaterra, sob o reinado de Isabel (1533-1603), filha do próprio Henrique VIII (1491-1547) com Ana Bolena (c.1500-1536), a união que se deu após o repúdio de Catarina de Aragão (1485-1536) – e os reinos da Península Ibérica, após a União das Coroas (1580-1640) – que fortemente abraçaram as causas da Contrarreforma Católica. Por isso, prossegue a narrativa dando notícias de como dois peritos em navegações percebiam a situação da crença supersticiosa, na qual se acreditava em uma vitória miraculosa, graças à intervenção da monja dominicana:

Recaldes e Moncada, famosos oficiais do mar, educados na escola e serviço do marquês de Santa Cruz, máximo almirante do seu século, ladeavam o general, sorrindo incredulamente das crenças do duque, e das devotas berrarias do povoléu, aferventadas por declamações de frades. (Castelo Branco, 1868, p. 12)

Se levarmos em consideração a ideia de uma produção literária com função pedagógica, podemos pensar que Camilo Castelo Branco configurou a narrativa de forma que se possa “[...] ensinar, deleitando, na crença profunda de que a melhor maneira de divulgar os feitos da nação pretérita será transformar em arte, passagens históricas mais ou menos conhecidas” (Marinho, 1999, p. 18). Maria de Fátima Marinho, no trecho que transcrevemos, refere-se ao romance histórico oitocentista, porém, a narrativa de Camilo, como verificamos, também resguarda algumas características dessa forma romanesca. Mas, o que tenta ensinar o enredo de *A freira que fazia chagas?* O que causaria a superstição – algo muito combatido pelos iluministas, que inspiraram tantas revoluções, inclusive em Portugal – sem um preparo estratégico, já que, na configuração do texto de Camilo, o excesso de confiança na bênção da prioresa seria a causa da derrota na batalha: “Em que estribava pois o invasor a sua confiança?/ Na bênção da bandeira, ao que parecia, e nos vaticínios da santa, conjuntamente./ Além de que, a causa era muito da religião católica.” (Castelo Branco, 1868, p. 14). A narrativa ainda reforça a participação dos frades que “aferventam” as massas, ou seja, que incitam e conduzem a uma alienação geral embasada na religiosidade. Prossegue, todavia, o narrador ao relatar o porquê do envio do guião da esquadra para aquela monja dominicana de Lisboa e não para qualquer outra freira do reino:

Prestaram-se ao aparato processional da cerimónia: é que Filipe II assim o mandara. A lembrança de ser benzido pela freira santa o estandarte dos leões, enviados a empolgarem a coroa de Isabel, promanara de el-rei. Não teria o usurpador, em Castela, santas do mesmo tomo que lhe fadassem o guião da armada invencível? Seria mero ato político, ardil da onça do Escorial contrafeita em raposa? Traçaria com o ato piedoso embelecar os portugueses orgulhosos de sua santa?

Não, senhores.

É que realmente a península não tinha outra santa como a prioresa das dominicanas da Anunciada, sem embargo de coexistirem

outras igualmente apregoadas. Com as chagas de Cristo nos pés, nas mãos, e no lado a resumir sangue às sextas-feiras, e a cabeça também ferida como a do Salvador coroado de espinhos, era Maria da Visitação a única.

Filipe II creu como creram os prelados, o núncio, os teólogos, os sábios do seu tempo. (Castelo Branco, 1868, p. 12-13)

Vejamos que até o presente momento – excetuando o prólogo de *As virtude antigas* – ainda não se tinha anunciado no primeiro capítulo a causa pela qual Maria da Visitação era considerada uma santa. Todavia, no excerto supratranscrito descreve-se a questão das chagas que a monja carregava em seu corpo. Pensamos, por ora, a estrutura de *A freira que fazia chagas*, mas atentemos, agora, para alguns elementos constitutivos do discurso narrativo do trecho. O primeiro detalhe: o narrador denomina o rei como “usurpador” e não o descreve como “Filipe I” – enumeração que caberia em Portugal, que não tivera um monarca de mesmo nome anteriormente –, mas como “Filipe II”, conforme era designado em Espanha. Em suma, o narrador não reconhece o rei espanhol como soberano de Portugal e, nesse detalhe, reside a ideia, ainda que indireta, de alguém que optou em defender a independência do reino português – o que é bastante significativo para o contexto do século XIX, no qual “A consciência da nossa *fragilidade histórica* projecta os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro.” (Lourenço, 2016, p. 104, grifos do autor) –, por isso, a ideia de revisitar a história da monja, por Camilo, não é ingênua: é uma maneira de se voltar para os fantasmas do passado, sublinhados por Eduardo Lourenço – a corrupção religiosa e perda da independência – mas também de pensar o futuro: o que o reacionarismo poderia acarretar em Portugal.

Ainda no excerto camiliano, afirma-se que a prioresa gozava de algo a mais: embora fosse também apregoada a santidade de outras monjas, Maria da Visitação seria a única, no reino, da qual os estigmas vertiam sangue – como expressa claramente o narrador de *A freira que fazia chagas* – às sextas-feiras, ou seja, no dia memorial da Paixão de Cristo. Ademais, há praticamente um calendário litúrgico para os milagres da prioresa, o que seria referido por ela no processo inquisitorial (Castelo Branco, 1868, p. 31-35). Por fim, como bem refere o narrador, não apenas o rei, como, igualmente, os experts em matéria de fé acreditaram no engodo: os bispos, o núncio, os teólogos e os sábios de seu tempo. Dos

ludibriados, talvez o caso mais emblemático seja o de Frei Luís de Granada (1504-1588), respeitável frade dominicano.

Todavia, segundo a narrativa camiliana, foi exatamente pelo fracasso da *Invencível Batalha*, fiada sob a bênção do guião pela superiora das dominicanas, que a prioresa caiu em descrédito. Assim se finaliza o terceiro capítulo da seção: “Agora, Maria, caíste em garras purificantes! Forçoso é que sejas santa; e, se não és, sê-lo-ás à força!” (Castelo Branco, 1868, p. 28). Percebemos como a voz narrativa forja um discurso como se estivesse a confrontar a própria prioresa da Anunciada: a menção ao que seria purificante é, obviamente, uma alusão ao Santo Ofício, porém é interessante como o narrador afirma que se Maria da Visitação não é santa, ela seria feita santa à força. Sobre isso, abordaremos até o fim desta seção, todavia podermos entrever que, já aqui, o discurso narrativo corrobora a ideia final de *A freira que fazia chagas*: a dominicana foi, ainda, “canonizada”, pelos discursos posteriores. Vale recordar, no entanto, que mesmo

Após ser denunciada por algumas de suas companheiras de convento, que a flagraram “fabricando” os supostos estigmas, Maria conseguiu ludibriar o padre geral de sua ordem e uma comitiva de ilustres dominicanos enviados para investigarem-na, isso quando as denúncias recebidas sobre ela não foram ignoradas pelos padres confessores de suas irmãs profissas. (Nery, 2023, p. 184)

As denúncias eram, portanto, ignoradas e o que a narrativa camiliana reforça, portanto, é que há um envolvimento da monja em causas políticas: privava de relações, por exemplo, com a realeza, conforme é descrito: “A infanta D. Maria, filha del-rei D. Manuel, frequentava a cela da monja, pedia-lhe orações e recomendava-as” (Castelo Branco, 1868, p. 20-21). Podemos entrever, portanto, como o discurso narrativo investe contra a temática do *trono e altar* – as forças políticas seculares e religiosas do Antigo Regime que se mesclam, se retroalimentam e se confundem em trocas de favores, por exemplo. Aliás, Alvaro Huerga (1988) propõe exatamente o seguinte:

La farsa de la monja de Lisboa se agrietó por su propio peso, es decir, por carecer de consistencia. Más también por el *descuido* de su derivación hacia la política: sor María, la estigmatizada, aparece

en la escena final como la *libertadora* de su pueblo, sojuzgado por el poderío de Felipe II.⁷ (p. 295, grifos do autor)

Isto posto, percebemos como essa temática, pelo que já descortinamos, dialoga, grosso modo, com toda a economia de *As virtudes antigas*: as intervenções e fraudes de religiosos na vida pública do *Ancien Régime*.

Pensemos, igualmente, que a narrativa camiliana principia com a bênção do guião. Depois, no capítulo seguinte, passa ao retrato e às origens de Maria da Visitação, na qual já é descrita como alguém muito diferente do que se esperava, tradicionalmente, de uma mística: “E a prioresa da Anunciada era uma velhinha gotosa, entrevadinha, adelgaçada por jejuns, osso e pele, descarnada por cilícios?/ Minhas senhoras, não era./ A prioresa das dominicas era uma bonita mulher com trinta e sete anos de idade./ [...] Entendo que devia de ser em extremo linda.” (Castelo Branco, 1868, p. 15;17). Em outras palavras: a monja não trazia, em si, as marcas da penitência, algo muito valorizado pelos relatos hagiográficos, que “[...] ensalzó tanto a los santos, que sin querer acabó por deshumanizarlos, poniéndolos fuera del alcance del común de los fieles”⁸ (Huerga, 1988, p. 292). Ou seja: também nesse modo de reforçar tais descrições físicas da monja, o narrador desconstrói a santidade da prioresa e, ao mesmo tempo, desmantela ideários importantes e recorrentes para o gênero hagiográfico.

Depois, o terceiro capítulo de *A freira que fazia chagas* trata da ascensão da monja como superiora do mosteiro e do crescimento da fama de santidade, porém contrapõe isso às intrigas conventuais: a prioresa, por exemplo, perseguia duas outras monjas, as Andrade, irmãs entre si. Sobre isso, assim comenta o narrador: “Odiavam-se; e todavia todas três eram santas” (Castelo Branco, 1868, p. 21). Temos, obviamente, mais uma ironia do discurso narrativo, presente desde o título da obra: esses ambientes, criados como lugares das antigas virtudes, no Antigo Regime, eram instituições que comportavam, muitas vezes,

⁷ “A farsa da monja de Lisboa ruiu por seu próprio peso, ou seja, pela falta de consistência. Mais: também pelo *descuido* de sua graduação até a política: soror Maria, a estigmatizada, aparece na cena final como a *libertadora* de seu povo, subjugado pelo poderio de Filipe II” (Tradução nossa).

⁸ “[...] exaltou tanto aos santos, que, sem querer, acabou por desumanizar-los, colocando-os fora do alcance do comum dos fiéis” (Tradução nossa).

perseguições tirânicas, invejas pessoais, intrigas políticas, disputas pelo poder e fraudes: “[...] os depoimentos constantes no processo deixam entrevisto que a religiosa se servia dos poderes como prioresa para punir as freiras que ousassem duvidar de suas proezas, sendo apoiada pelo regente geral da ordem” (Nery, 2023, p. 185).

Somente no quinto capítulo da narrativa acontece o desvelamento das farsas de Maria da Visitação:

Ofereceu Maria as mãos; e sobre os sinais das chagas e cravos, as três religiosas puseram pastas de sabão preto. Passada meia hora, limparam-lhe as mãos com uma toalha de linho, e logo os sinais se desfizeram, e a carne ficou branca, sem diferença do restante das mãos. Examinando o sinal da chaga do lado esquerdo, não viram chaga nem sangue: era uma arranhadura artificial. Na cabeça nem leves sinais de espinho descobriram. (Castelo Branco, 1868, p. 44)

O que a narrativa camiliana descortina é que há uma mística e uma santidade que, se quisermos, não resiste aos elementares *sabão e água*, assim como seriam os saudosismos e as fantasias reacionárias de que haveria um passado ideal e de grandes virtudes morais. Entretanto, o que se faria, após esse vexame, com Maria da Visitação? Recordemos, pois, que o narrador afirma que ela seria santa de qualquer maneira. O capítulo VII justifica tal declaração: há nele uma espécie de inventário de menções à prioresa em diversos documentos, mais ou menos, coetâneos aos fatos. Obviamente, aqui, estamos trabalhando com o que fora utilizado para compor *A freira que fazia chagas* e a interpretação que o narrador faz dessas diferentes fontes – cartas, crônicas, listas, obras críticas à Igreja, entre outros.

Isto posto, a narrativa camiliana refere as dificuldades em encontrar os detalhes sobre a monja (Castelo Branco, 1868, p. 63-64) após a condenação à “[...] privação do cargo de prioresa do dito mosteiro da Anunciada e de voz activa” (Castelo Branco, 1868, p. 56): a sentença, transcrita em *A freira que fazia chagas* entre as páginas 56 e 59, ordenava, portanto, que a monja perpetuamente não poderia mais votar em decisões do mosteiro, mas também perdia as prerrogativas de professsa solene, deveria ser mantida sem contato com outras pessoas e ficaria cinco anos sem comungar, a não ser por ocasião da Páscoa, do Pentecostes e do Natal. Por fim, seria enviada para fora de Lisboa – no Convento de Abrantes – até a sua morte. A narrativa camiliana transcreve,

por exemplo, trechos de crônicas como as do dominicano Fr. Luís de Sousa (1555-1632): “[...] ‘viveu alguns anos e faleceu cumprindo suas penitências’”⁹⁹ (Castelo Branco, 1868, p. 59). O narrador também cita as considerações de Cipriano de Valera (c.1531-1602) acerca de Maria da Visitação – um espanhol convertido ao Calvinismo – que redigiu uma crônica-denúncia sobre os embustes da monja. Contudo, de acordo com o narrador, relatos como o seguinte também são encontrados para reverter os efeitos “[...] deste religioso escândalo” (Castelo Branco, 1868, p. 61):

D. António Caetano de Sousa [1674-1759], no tom. 12. P. 1.^a da *História Genealógica da Casa Real*, pag. 468, nomeando os filhos de D. Francisco Lobo e D. Brites da Silva e Menezes, diz assim de D. Maria da Visitação: “Freira na Anunciada de Lisboa, célebre por se fingir santa, com revelações e comunicações das chagas de Jesus Cristo e outros embustes: foi penitenciada pelo Santo Ofício de Lisboa no ano de 1588, [...] não tinha mais culpa que o fingimento humano: [...] mudada para o mosteiro de Abrantes, onde *dali por diante foi virtuosa com verdade, e acabou com edificação.*” (Castelo Branco, 1868, p. 65-66, grifos nossos)

No excerto podemos averiguar algo que já mencionamos: a transcrição do documento, como fonte, inclusive nomeando o autor – um clérigo teatino – e as especificidades das referências bibliográficas – paginação, título da obra etc. É, como já dissemos, a preocupação da fundamentação da narrativa camiliana. Verifiquemos, no entanto, como foi escolhido um trecho para corroborar a ideia de que Maria da Visitação seria feita santa à força: o escrito posterior reforça a justificação, o arrependimento e a virtude da monja após os castigos inquisitoriais. Em outras palavras: sem passar, obviamente, por um processo canônico, Maria da Visitação fora descrita como uma santa. Os escritos posteriores, portanto, a “canonizaram”. Não estamos afirmando que isso não seja possível, porém, em *A freira que fazia chagas*, isso é evidenciado a fim de que se verifique como um caso poderia ser consciente e discursivamente distorcido para fazer prevalecer a aparência de virtuosidade.

⁹⁹ De acordo com a narrativa de Camilo, o excerto fora retirado de *História de S. Domingos* (1678), Parte III, capítulo XI.

4 À guisa de conclusão

Analisando, em linhas gerais, o Romantismo e o século XIX em Portugal, Eduardo Lourenço (1999) afirma que:

[...] a obra gigantesca de Camilo [...] não inscreve uma ruptura que possa comparar-se à do primeiro Romantismo. A sua intenção não é de mudar Portugal, contribuir para renovar o seu modo de ser e ainda menos o de pensar. O seu designio é apenas de encenar a vida portuguesa como teatro de sentimentos, palco de conflitos entre o dever e a fatalidade, o bem e o mal. Só esse subjetivo e desconhecido retrato de Portugal de paixões e como paixão lhe interessou. (p. 110-111)

Embora Lourenço tenha analisado de uma maneira fenomenal muitas das questões portuguesas, discordamos dele em relação a Camilo Castelo Branco: como observamos ao longo deste estudo, a gigantesca obra camiliana não é mera reprodução ou dramatização de Portugal. O escritor, muito versátil em produções, também se preocupou, como os que o precederam, mas também como os que o sucederam, em pensar Portugal e fazer pensar o seu público leitor. Camilo, portanto, não é apenas um escritor profícuo em melodramas. Ele, como parte de um contexto maior, se preocupou com as ondas de reacionarismo e de saudosismos, recordando, entre a ficção e a história, o que talvez muitos quisessem se esquecer: se o liberalismo tinha as suas imperfeições, o absolutismo não fora também o mundo encantado das virtudes. Isso desvela, portanto, um pensamento bastante complexo e, com as devidas proporções, muito atual.

Ao tematizar os embustes de uma monja dos séculos XVI e XVII, Camilo desconstrói as narrativas hagiográficas e denuncia os vícios de uma sociedade em que trono e altar se confundiam e se sustentavam. Mais: desenvolve a construção da narrativa com maestria, estribando-se em documentos, mas elaborando um discurso muito rico e irônico para que fosse, igualmente, pedagógico.

Somos, portanto, neste bicentenário do autor, convidados a revisitar as suas obras e a crítica literária que se fez ao longo das décadas. E, cientes de que algumas virtudes “saem com água e sabão”, em uma sociedade que cada vez exalta mais os messias e os embustes, é preciso fomentar a novos e a antigos debates, a fim de descortinar a atualidade de Camilo.

Referências

- ABREU, Luís Machado de. *Ensaios anticlericais*. Lisboa: Roma Editora, 2004.
- ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense, 1967.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *As virtudes antigas ou A freira que fazia chagas, e O frade que fazia reis*. Lisboa: Livraria de Campos Júnior, 1868.
- COELHO, Jacinto do Prado. Raízes e sentido da obra camiliana. In: COELHO, Jacinto do Prado (org.). *Camilo Castelo Branco: obra seleta*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. p. 9-62.
- GAMBERINI, Roberto. Poemas épicos e épico-históricos médio-latino. In: ECO, Umberto (org.). *Idade Média: Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*. Alfragide: Dom Quixote, 2016. p. 494-498.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- HUERGA, Alvaro. *Fray Luis de Granada: una vida al servicio de la Iglesia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1988.
- LICCIARDELLO, Pierluigi. Gregório Magno e a Hagiografia. In: ECO, Umberto (org.). *Idade Média: Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*. Alfragide: Dom Quixote, 2016. p. 541-545.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade*: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*: psicanálise mítica do destino português. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MARTINS, Mário. Uma biografia inédita de Sor Maria da Visitação, por Frei Luís de Granada. *Lusitania Sacra – Centro de Estudos de História Eclesiástica da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa, p. 229-244, 1956. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4981/1/LS_S1_01_MarioMartins.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

MENDES, Eduardo Soczek. Falácia do Destino crístico: o Mito de Ourique (1139) e as respostas anticlericais de Alexandre Herculano (1810-1877). *Desassossego*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 147-172, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/208439/205380>. Acesso em: 25 out. 2024.

NERY, Antonio Augusto. Camilo e A freira que fazia chagas. In: MARTINS, Serafina; SOBRAL, Cristina; PIMENTA, Carlota (orgs.). *Camilo Castelo Branco: Génese e Recepção*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Bertrand Editora, 2023. p. 181-192.

NERY, Antonio Augusto; MENDES, Eduardo Soczek. Camilo Castelo Branco, O clero e o Sr. Alexandre Herculano. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 14, n. 2, p. 41-66, Jul.-Dez, 2022. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/947>. Acesso em: 25 out. 2024.

RODRIGUES, Rute Andreia Massano. *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das Ordens Religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*. 2017. 815 p. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/63/browse?type=author&order=ASC&rpp=95&value=Rodrigues%2C+Rute+Andreia+Massano>. Acesso em: 25 out. 2024.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1985.